

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E TRANSGÊNEROS COMO PESQUISAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA: EXISTEM?

VINÍCIUS DE SOUZA SANTOS¹⁰

TIAGO DIONISIO DA SILVA¹¹

RAFAEL CHAVES VASCONCELOS BARRETO¹²

RESUMO

Este artigo tem como proposição central fazer uma análise com inspiração na cartografia (mapeamento) das pesquisas realizadas na Pós-Graduação em Educação da UNIR, sobre as temáticas que se deleitam nos campos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas relações com as pessoas Transgêneros, e a partir disto discutir acerca dos impactos da não-existência destas discussões no PPGEduc/UNIR e na sociedade. Para isso delimitamos o período de análise das dissertações que foram produzidas no decênio de 2010- 2020, e obtivemos como resultado apenas duas dissertações que versam sobre EJA e nenhuma que se proponha as análises Transgêneros, refletindo o que tem se priorizado nos níveis que vem antes da Pós-Graduação e o que tem sido gritado com mais força social, e reforça-se o movimento de exclusão e da falta de pautas sobre corpos dissidentes de sexo-gênero nas pesquisas que são imersas em diversas metodologias. Para isso utilizamos como base o conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (2002) ao analisar o impacto das avenidas identitárias sobre corpos marcados por avenidas identitárias, e o conceito de Transgênero, formulado por Jaqueline de Jesus (2012) e reinterpretado por Luciano Marques da Silva (2015). O resultado apontado nos desperta para refletirmos acerca das novas proposições temáticas

¹⁰ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Integrante do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde e Coordenador Auxiliar do Projeto Viajando no Banheiros do Madeira: Narrativas Beradeiras.

¹¹ Doutorando e mestre em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela UFRRJ. Graduação em Geografia pela UFF. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ).

¹² Doutor em Memória Social pela UNIRIO. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE e Graduado em Geografia pela UFF. Atua na Diretoria de Extensão na elaboração de cursos de atualização e qualificação nas áreas de Ciências Humanas/Geografia e Gestão Ambiental pela Fundação CECIERJ. Professor de Geografia da SME/RJ e da SEEDUC/RJ.

sociais e de como devemos trazê-las para dentro da Universidade, não como um fardo, mas como um espaço de direito.

Palavras-chave: EJA; transgênero; educação; interseccionalidade; cartografia.

EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS AND TRANSGENEANS AS RESEARCH IN GRADUATE EDUCATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RONDÔNIA: DO THERE EXIST?

ABSTRACT

This article has as its central proposition to make an analysis inspired by the cartography (mapping) of the researches carried out in the Graduate Program in Education at UNIR, on the themes that delight in the fields of Youth and Adult Education (EJA) and their relations with the Transgender people, and from there discuss about the impacts of the non-existence of these discussions on PPGEduc /UNIR and on society. For that, we defined the period of analysis of the dissertations that were produced in the decade of 2010-2020, and we obtained as a result only two dissertations that deal with YAE and none that proposed Transgender analyzes, which reflects what has been prioritized in the levels that it comes before Graduate Studies and what has been shouted with more social force, and the movement of exclusion and the lack of guidelines on dissident bodies of sex-gender is reinforced in researches that are immersed in different methodologies. For that, we used as a basis the concept of intersectionality, formulated by Kimberlé Crenshaw (2002) when analyzing the impact of identity avenues over bodies marked by identity avenues, and the concept of Transgender, formulated by Jaqueline de Jesus (2012) and reinterpreted by Luciano Marques da Silva (2015). The result pointed out awakens us to reflect on the new social thematic proposals and how we should bring them into the University, not as a burden, but as a space of law.

Keywords: EJA; transgender; education; intersectionality; cartography.

LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS Y TRANSGENENOS COMO INVESTIGACIÓN EN EDUCACIÓN DE GRADUADO DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE RONDÔNIA: ¿EXISTE?

RESUMEN

Este artículo tiene como propuesta central realizar un análisis basado en la cartografía (mapeo) de las investigaciones realizadas en el Programa de Posgrado en Educación de la UNIR, sobre los temas que deleitan los campos de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) y sus relaciones con personas Trans, y desde allí discutir sobre los impactos de la inexistencia de estas discusiones en PPGEduc/UNIR y en la sociedad. Para eso, definimos el período de análisis de las disertaciones que se produjeron en la década de 2010-2020, y obtuvimos como resultado solo dos disertaciones que abordan EJA y ninguna que proponga análisis de Transgénero, reflejando lo priorizado en el niveles que se anteponen de los Estudios de Posgrado y lo que se ha gritado con más fuerza social, y el movimiento de exclusión y la falta de pautas sobre cuerpos disidentes de sexo- género se refuerza en investigaciones que están inmersas en diferentes metodologías. Para ello, utilizamos como base el concepto de interseccionalidad, formulado por Kimberlé Crenshaw (2002) al analizar el impacto de las avenidas identitarias en los cuerpos marcados por las avenidas identitarias, y el concepto de Transgénero, formulado por Jaqueline de Jesus (2012) y reinterpretado por Luciano Marques da Silva (2015). El resultado señalado nos despierta a reflexionar sobre las nuevas propuestas temáticas sociales y cómo debemos llevarlas a la Universidad, no como una carga, sino como un espacio de derecho.

Palabras clave: EJA; transgénero; educación; interseccionalidad; cartografía.

INTRODUÇÃO

A Educação é um campo retratado em diversos espaços do ambiente da Universidade, que se aprofunda e delimita-se nos diferentes níveis de conhecimento. As pesquisas que são feitas nesta área são de grande relevância para que não nos limitemos ao que já está cristalizado e que, por um viés imutável, não é plausível de ser aprofundado.

Nesta linha de raciocínio pretendemos apresentar neste artigo nossas inquietações a respeito das temáticas que tratam sobre as pesquisas feitas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia (PPGEduc/UNIR), e o processo de não visibilidade das discussões que se aprofundam na dimensão da Educação de Jovens e Adultos e das

pessoas transgêneros - incluídos sob essa definição travestis e transexuais - nesta modalidade de ensino.

Para isso nos utilizaremos da metodologia pautada e inspirada nas reflexões que nascem do método cartográfico/cartografia, aquele que nasce a partir de Deleuze e Guattari (1995) e é reinterpretado pelos estudos no espaço metodológico do Estado da Arte, para que o objetivo desta pesquisa seja alcançado: cartografar as pesquisas que versem Educação de Jovens e Adultos - EJA e pessoas transgêneros na Pós-graduação em Educação da UNIR e analisar o impacto da não-existência delas.

A primeira sessão trará uma discussão acerca do conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) e como ela é essencial para que contemplemos quem são os sujeitos que são subalternizados na educação. A segunda sessão mergulhará numa análise a respeito das pessoas transgêneros e suas relações com a EJA. A terceira sessão nos possibilitará o mapeamento e a análise das pesquisas que abordem a Educação de Jovens e Adultos e pessoas transgêneros e uma discussão a respeito da não-existência delas na Universidade e seus reflexos na sociedade.

1. INTERSECCIONALIDADE E OS SUJEITOS SUBALTERNIZADOS NA EDUCAÇÃO

Viver em sociedade é um processo que se estrutura ao longo de muitos anos e que se consolida a partir das relações que se estabelecem no percurso de vida, seja ela no coletivo, ou na individualidade do próprio sujeito. Para que essas estruturas aconteçam e se plenifiquem passamos por diversos mecanismos que nos permitem desenvolver nossas habilidades e nossas possibilidades de relacionamento com o meio com que interagimos.

A pós-graduação é um dos espaços de discussões onde muitas perspectivas são aperfeiçoadas e delineadas. As pesquisas feitas neste nível de aprofundamento trazem retorno ao que é apresentado como sendo uma

problemática digna de ser estudada e delimitada dentro de diálogos com toda a estrutura acadêmica.

Quando pautamos discussões desta natureza, de aprofundamentos e imersões em outras propositivas, nas pesquisas realizadas na área que versam sobre educação, nos locomovemos para pensarmos os sujeitos, os agentes de transformação, e os espaços que são e dizem respeito a esta dimensão. É importante que tenhamos a preocupação de pensar nas proposições de temas que rompam com o ideário contínuo de manutenção de determinados temas serem mais propensos/relevantes que outros.

Ao se introduzir estas temáticas consideradas novas é comum que aconteça uma primeira sensação de incômodo. Salientamos que as estruturas se rompendo abrem possibilidades para que o todos, todas, todes sejam contemplados(as/es), independente do espaço social e recortes temporais em que estas discussões se prolongarão. Esse movimento de percepção é necessário para que estas temáticas novas não sejam tomadas como vozes de um único lugar (PEREIRA, 2021), mas que sejam ouvidas nos diversos espaços que compõem nossa sociedade.

É abrir espaço para que novas realidades também sejam pensadas e discutidas, à luz do que se tem reiterado na nossa contemporaneidade, e pautadas não como simples reproduções ou meras adaptações de clássicos que marcaram e trouxeram respostas ao seu tempo e que ainda atravessam o nosso tempo. É pensar os sujeitos sociais na sua consistência existencial, não mais demarcar, apenas, no espaço do silenciamento e exclusão.

Quando tratamos de educação e de todas as suas estruturas e modalidades, que a mesma apresenta para atender a todos os públicos e a todas as pessoas, nos nivelamos a compreender como estas estruturações se dão ao longo do tempo e a partir de que viés elas se posicionam. Se imaginarmos, por exemplo, que a Educação Infantil se consolida pela necessidade de perceber a criança como um sujeito histórico que tem potencial e capacidade de dialogar

com a história coletiva que está inserida e analisarmos as perspectivas que antes eram apresentadas, com certeza nos frustraríamos a ponto de pensarmos e repensarmos nossas práticas hoje.

Introduzindo-se esta prerrogativa de sujeitos excluídos e por muitos anos engessados na qualidade de não frequentadores do espaço escolar, propõe-se que se observe nestas perspectivas de desenvolvimento e evoluções sobre determinados sujeitos que se fazem necessárias serem problematizadas para que entendamos o território e espacialidade histórica por onde transitaremos.

Esta espacialidade se dá na consolidação e motivação da necessidade de contemplar e criar-se uma modalidade que trabalhe e potencialize jovens e adultos, grande parte trabalhadores, que buscam nela sua alfabetização ou continuidade de seus estudos. Esta modalidade recebe então, com a promulgação da Lei 9.394/96 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a nomenclatura de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Vale ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos passa por longos processos de reformulações e compreensões ao longo de sua existência no Brasil (MIRANDA et al. 2016) tendo diversos termos, nomenclaturas, perspectivas e políticas que definiam, dentro de seu contexto, o ensino e aprendizagem dos cursantes desta modalidade, sendo a última delas apresentadas pela nomenclatura citada acima.

Para que compreendamos e se torne nítido como estas trajetórias e pessoas que compõem a EJA fazem parte do que pretendemos problematizar é necessário que trilhem por um percurso que tem na base o sentido e conceito de educação, interseccionalidade, subalternidade e transdiversidade. Estes conceitos em toda sua amplitude dão norte ao que a Universidade precisa e deveria estar problematizando, partindo da perspectiva que a Universidade traz a partir da sociedade configurações, e respostas, nascidas nela.

Quando passamos pelo processo de aquisição de contextos que nos fazem cidadãos uma das maiores parcelas destas atribuições se dá pela

educação seja ela formal, aquela que se estrutura no espaço escolar e se configura nos aspectos dos conteúdos que são apresentados na escola, quer seja ela informal, aquela que se potencializa nas diversas áreas de aprendizagem e aquisições de cultura, crenças, valores, vivências e humanidades (família, sociedade, relações humanas).

Entender educação nestes contextos é primordial para que saibamos analisar quais sujeitos e quais pessoas que estão sendo colocados para fora dos muros escolares e tendo que perder parte destes conhecimentos, por conta das mazelas que o contexto marginalizante, injustamente, em que ele ou ela está inserido lhe traz por influência.

Quando analisamos estes corpos e existências que não estão nos espaços escolares e que, mesmo estando, são silenciados e subalternizados nele (CAETANO; TEIXEIRA; JUNIOR; 2019), percebemos que a grande maioria são corpos e vivências específicas que historicamente por um processo de violências psicológicas, históricas e físicas são extirpados das dimensões da educação formal.

Estes sujeitos específicos referem-se diretamente a negros e negras (SILVA, 2018), pessoas dissidentes de sexo-gênero (HILÁRIO, 2020), população periférica em situação de vulnerabilidade socioeconômica (SILVA, 2018), indígenas, e pessoas com deficiência. Estes grupos tem a longas décadas e séculos travado grandes lutas por meio dos movimentos sociais em busca da efetivação dos seus direitos.

Mas, se analisarmos pela ótica que define cada grupo pela sua especificidade nos depararemos com uma grande incompletude destas análises, pelo fato de que não devemos analisar as maneiras e formas de opressões de forma isoladas (LORDE, 2009) por isso para que a proposta deste escrito esteja no caminho da percepção destes movimentos excludentes de forma mais palatável, recorrerei aos estudos formulados pelas feministas negras a partir da interseccionalidade, que

[...] é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos (AKOTIRENE, 2019, p. 63).

Ao analisar os aspectos das estruturas sociais e de como elas se interseccionam no decorrer de existência, determinados sujeitos em formatos de vias identitárias que, ao colidirem provocam impactos de diferentes níveis, Kimberlé Crenshaw (2002) nos apresenta como conceituação a interseccionalidade como

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas [...], a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Se analisarmos estes aspectos que partem desde as condições socioeconômicas, que se interpelam e interseccionam com as questões raciais presenciaremos diversos sujeitos que são atingidos pelas avenidas identitárias e pelo sistema que é estruturadamente preparado ao que é dito pela norma racista e excludente como o ser aceitável socialmente. Ou seja, uma educação de qualidade que se preocupa com a reparação destes processos históricos só é válida a quem estiver dentro dos aspectos hegemônicos sociais excludentes.

Os sujeitos subalternizados acabam tendo de trilhar caminhos e perspectivas cheias de enfrentamentos diários que a escola, que aos poucos tem se reformulado, acaba reproduzindo dentro de seus espaços. Quando nos referimos aos corpos dissidentes, ou desobedientes a norma de sexo-gênero, percebemos esses aspectos se desdobrando de forma violenta e repulsa (OLIVEIRA, 2017).

Ter gênero e/ou sexualidade dissidentes, ser negro, ou ambos num só sujeito, na escola é, ainda, um grande desafio, por entendermos que a escola continua sendo um ambiente de controle de existências, condutas e expressões. Toda legitimidade que sai do contexto de vigilância (FOUCAULT, 1975) que a escola apresenta se delimita pela resistência e pelo grito que é ecoado a partir das lágrimas, dos afrontes, das posturas de todas as pessoas que são indiferentes a norma universal de ser/estar/pensar.

Portanto, seguindo nesta perspectiva e no intuito de chegarmos às pesquisas que se versam no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondônia (PPGEDU/UNIR) é que trilharemos então um passo rumo a entender quem são e como as pessoas transgêneros estão compreendidas na educação e nas pesquisas feitas nesta etapa.

2. O INDIVÍDUO TRANSGÊNERO E A EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como sua própria estrutura traz, apresenta em uma das funções o que diz respeito a reparação e reorganização de sujeitos e indivíduos, que com o tempo e por conta das dificuldades de vida e financeiras tiveram de abandonar seus estudos e viver uma vida de inserção e sobrevivência nos espaços onde lhes eram concedidos uma “vaga”, a estarem nos espaços escolares para viverem sua escolarização num processo que estabilize e reorganize os aspectos que com tempo foram perdidos.

Dentro desta perspectiva de análise dos aspectos que levam os grupos que são excluídos do processo de escolarização e emancipação por meio do conhecimento consistente e de qualidade, abordo uma questão que vai para além do que está posto e percebido pelo senso comum.

O ambiente escolar muitas vezes nos limita um estereótipo de corpo e comportamento que é universal e definido de acordo com a configuração de organização social, mas esta organização social dentro do ambiente escolar ainda é vista apenas pelos detentores hegemônicos do “saber e do poder”, que

estruturam os currículos e interpelam seus jeitos de relações de formas implícitas que castigam tudo quanto for contrário à norma – excludente, sexista, misógina, racista, intolerante e transfóbica – previamente estabelecida.

Estas estruturações quando aliadas ao processo de ensino e aprendizagem, e ainda de convivência no espaço escolar, produz nos interlocutores que estão no espaço das escolas efeitos drásticos que na maioria das vezes geram altos índices de evasões escolares. Pensar isso e analisar estas evasões é primordial para que contemplemos e percebamos quem e quais são os indivíduos que estão evadindo do espaço escolar.

Antes de analisarmos os aspectos ligados as questões norteadoras da EJA e Transgêneros, sinto-me na necessidade de delinear o conceito de transgêneros na abordagem de suas delimitações, ao passo de entendermos que transgêneros se sobressaem destas delimitações e transpõem o binarismo biológico de sexo e cultural de gênero. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012) Transgênero é todo(a) aquele(a) indivíduo que se transpõe da norma binária biológica (sexo) e de gênero. Um indivíduo transgênero não se delimita as formulações estabelecidas aos atributos culturais transmitidos na sua formação pessoal e coletiva por conta de sua genitália.

Ao contrário da crença comum hoje em dia, adotada por algumas vertentes científicas, entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno (JESUS, 2012, p. 9).

Ou seja, ser Transgênero ou Trans, é parte do que se configura como uma identidade, e não como antes era pensado e postulado como algo desconexo e transtornante. Identidades são características inerentes a todos os seres humanos, elas estruturam-se ao longo de toda vida. Vivenciá-la portanto é uma reponsabilidade e construção pessoal.

Por isso não podemos performatizar a ideia de que pessoas transgêneros não sabem o que são e nem se encaixam em nenhuma identidade, eles e elas são a própria identidade que grita e se faz perceber por meio de seus corpos resistindo se autoafirmando, cabendo a nós enquanto sujeitos sociais entendermos e respeitarmos todas as múltiplas identidades e subjetividades de cada indivíduo que ao longo dos anos vão surgindo e se reiterando.

É importante também que não seja confundido sexo e gênero. O sexo se confira pela característica cromossômica e genital (macho ou fêmea) e o gênero se configura por todas as atribuições que são transmitidas culturalmente, por meio das relações coletivas e pessoais. Dentro desta perspectiva surge a identidade de gênero, que por sua vez é “para além do que a sociedade aponta como sendo o gênero verdadeiro de uma pessoa, a forma como cada um de nós percebe a si mesmo” (CAETANO; LIMA; CASTRO. 2019. p. 9).

Dito e compreendido isto, de maneira rápida e resumida, trago agora as abordagens que nos inquietaram a pensarmos este escrito, abordagens estas que transcendem o que é analisado apenas pela ótica hegemônica binária e excludente do ser único e dependente de um único espaço que por tantos olhares foi marginalizado.

A educação é um direito constitucional que deve ser ofertado a todo e qualquer pessoa. Desde que se entendeu a educação como um processo fundamental para a formação cidadã das pessoas, ela tem se organizado e se reestruturado com o tempo. Este espaço que abrange a escola é um espaço que vem sendo delimitado por muitos olhares e por muitas análises, resultados que encontramos em muitas instâncias de pesquisas que estão espalhadas em todo o Brasil.

Considerando que a EJA faz parte tanto do campo da Educação, que abrange todas as instâncias e lugares possíveis de conhecimento, seja ele formal ou informal, é relevante que tenhamos sensibilidade de percebermos que

os sujeitos que recorrem a ela estão em busca de se reinsерirem socialmente com um grau de escolaridade acima daquele que já se obtivera.

Ela apresenta funções reparadora, equalizadora e permanente, citadas no parecer 11/2000 da CEB/CNE. Estas funções são objetivos que devem se transversalizar e se concretizar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da EJA.

Mas, surge uma assertiva importante: se a Educação é um espaço formulado ainda pelas perspectivas heterossexistas, misóginas e lgbtqfóbicas, como então acontece as resistências de mulheres e homens transgêneros nesta modalidade de ensino? É importante salientar que a maioria das travestis e mulheres trans recorrem a EJA por acreditarem ser nesse espaço mais “bem recebidas” sendo quem são.

Como Silva (2015) nos revela que “às travestis e aos transexuais, ao lado de outras identidades não binárias, são negados direitos básicos como educação” (BRASIL, 2013b *apud* p. 12). Este direito ainda que constitucional é negado às pessoas trans que recorrem à concretização deles. Não podemos esquecer que esta prosa também parte do processo de inclusão de pessoas que socialmente são marginalizados e historicamente foram colocadas a margem do que era entendido como o sociável e o não-sociável. Desse modo

entender essas realidades como desafios na contemporaneidade, principalmente para escola, e buscar torná-las também possibilidades em nosso ambiente de trabalho, nos permitirá que contribuamos com a inclusão da população trans na escola (SILVA, 2015, p. 68).

A escola enquanto um espaço de produção e transmissão de conhecimentos é um lugar poderoso de emancipação para quem está nela, por isso é necessário que ela esteja preparada para trabalhar com essas realidades que se apresentam a todo o momento como “desafios” - penso que seja mais conveniente utilizar vivências. A formação docente precisa estar atenta a este

público que também compõe a EJA na busca de uma reinserção nas múltiplas possibilidades de reinserção no espaço de trabalho.

Como nos aponta ainda Silva (2015) ao analisar falas de docentes de uma escola em Nova Iguaçu – RJ, depara-se com uma assertiva essencial de ser pontuada para ser postulada mais adiante, visto que

com base no depoimento de professoras, podemos concluir que a EJA nega a identidade de gênero dos seus alunos transgêneros quando não adota o uso do nome social como estratégia humana. Na verdade, as narrativas revelaram que os professores não conhecem o debate em torno do respeito à diversidade sexual (SILVA, 2015, p. 135).

Toda a estrutura da escola precisa adequar-se a estas novas realidades e empoderamentos que estão emergindo e resistindo nos espaços escolares, não sendo nós, enquanto dissidentes, que precisamos voltar “aos armários” ou a não conscientização de nossa identidade, são os espaços escolares que devem moldar-se e configurar-se para abraçar os múltiplos corpos e vivências que estão presentes nela.

Em uma provocação inicial, trago para complementar a seguinte proposição: será que nos Programas de Pós-Graduação estas perspectivas são abordadas? Sendo a EJA um espaço de direito que está cada vez mais sendo rechaçado e desconfigurado de muitos municípios e estados do Brasil, seria esta uma maneira mais violenta ainda de silenciar o público que está recorrendo a ela?

3. CARTOGRAFIA DAS DISSERTAÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR): PARA ALÉM DA DENÚNCIA UM NOVO OLHAR.

O Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondônia, foi criado pela “Resolução n. 098/CONSEA, de 25 de maio de 2005, dentro do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – PPGE, Resolução

n. 220/CONSEA, de 03 de dezembro de 2009. Sua recomendação pela CAPES ocorreu em 10 de setembro de 2009 (Ofício 108-20/2009/CTC/CAAI/CGAA/DAV/CAPES) tendo a UNIR autorizado sua implementação através do Parecer 981/GPG/UNIR, de 09 de dezembro de 2009” (PPGEduc, 2016).

Durante todo o seu tempo de existência tem produzido pesquisas de qualidade e que atribuem à sociedade de Rondônia - e de outras localidades em geral - muitas respostas, que antes não eram tão aprofundadas e problematizadas dentro dos cursos de graduação. Por se tratar de um Programa de Mestrado, tem impactado de diferentes formas todos aqueles que estão fazendo parte do processo de continuidade dele, sejam eles os mestrandos, os orientadores e os interlocutores do processo de construção da pesquisa.

As pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unir são pesquisas que versam desde as questões de cunho educacional e pedagógico, transversalizando-se por questões ambientais, tecnológicas, e perspectivas inclusivas indo até análises etnográficas de determinadas regiões de Rondônia, bem como de outros Estados.

Visto isso, realizamos as análises postas neste artigo com inspiração no método cartográfico, por entendermos que movimentar-se a uma perspectiva de levantamentos revisionários das produções feitas na Pós-Graduação são formulados para que tenhamos acesso e percepção ao que está acontecendo ou o que aconteceu nos períodos em que estas pesquisas foram realizadas, para que pudéssemos dar continuidade levantando provocações para serem discutidas.

No método cartográfico, não buscamos um resultado, uma conclusão de fatos, e sim, pensamos o próprio processo de pesquisa, em si: suas etapas, seus desvios, seus “erros”, e tudo que dali puder vir a se tornar potência para a pesquisa (RICHTER; OLIVEIRA, 2017, p. 30).

Após uma análise minuciosa das proposições temáticas que estão dispostas no portal de arquivos do PPGEduc/UNIR, no período de 2010 a 2020, encontramos um acervo de dissertações que equivalem ao total de 156 (cento e cinquenta e seis) dissertações defendidas e finalizadas. Como já apresentado acima as dissertações versam sobre muitas temáticas ligadas a Educação, por conta disto o quadro abaixo mostrará o quantitativo de dissertações defendidas e o quantitativo de dissertações que tratem de Educação de Jovens e Adultos, Gênero, Transgêneros, conforme apresentadas:

Quadro 1 – Temáticas dissertações

TEMÁTICAS	Nº de Dissertações
Educação	156
Educação de Jovens e Adultos	2
Gênero	1
Tra(ns)vesti(gêneres)lidade	0

Fonte: Portal de arquivos do PPGEduc/UNIR

As tabelas abaixo trarão as dissertações que foram defendidas no seu respectivo tema proposto de investigação, ressaltando que todas as dissertações tratam em suas estruturas de perspectivas que envolvem a Educação¹³, o que seria inviável apresentar uma por uma, tendo em vista que seria insuficiente o quantitativo de páginas para este artigo, no que tange as outras temáticas apresentadas. O quadro 2 delineará cada uma delas, conforme apresentada a seguir:

Quadro 1 – Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Ano	Autoria	Título
------------	----------------	---------------

¹³ Acervo de Arquivo com as Dissertações disponíveis para análise e download em PDF <http://www.ppge.unir.br/arquivo>

2011	LIMA, Inácia Damasceno	O curso de pedagogia da UNIR/Campus PVH e a Educação de Jovens e Adultos: desvelando a realidade de formação dos egressos de 1998 – 2010, atuantes na rede pública municipal de Porto-Velho/RO
2019	BARROS, Rogério Feitosa	A EJA na perspectiva da educação integral: a materialização das funções previstas em lei para esta modalidade de ensino.

Fonte: Portal de arquivos do PPGEduc/UNIR

As duas dissertações apresentadas na tabela, tem como tema e delineamento principal a Educação de Jovens e Adultos, em contextos e anos diferentes, o que nos possibilita percebermos uma análise diferencial de acordo com o contexto de escrita e construção que as pesquisas são apresentadas.

A dissertação de Inácia Damasceno Lima, buscou avaliar como a formação em Pedagogia pela UNIR ofereceu subsídios teóricos-metodológicos para seus egressos no período de 1998-2010, analisando se houve realmente uma preparação para atuar com uma prática docente emancipatória de Qualidade na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, amparada pelos teóricos Paulo Freire (1999; 2002), Nóvoa (1992; 1995), Libâneo (2005), Machado (2001; 2010), Soares (2011) e Gadotti (2005).

Ao apresentar sua análise LIMA (2011) concluiu “que a sequência prevista no campo teórico de fundamentos, carece de continuidade no campo teórico/prático de formação, na propositiva de possibilitar a atuação desses futuros profissionais de forma competente, consciente e autônoma” (p. 122) o que nos leva a interpretar que a formação docente destes egressos não atendeu plenamente as dimensões docente emancipatórias, capaz de possibilitar o trabalho na modalidade EJA, no sentido de ofertar uma educação de qualidade a estes indivíduos que tem direitos.

A dissertação de Rogério Feitosa Barros, por sua vez, traz uma propositiva de análise nas questões que envolvem a EJA na perspectiva de Educação Integral, e analisa se a formação tem trabalhado para que as funções

que a EJA propõe sejam efetivadas no processo desta modalidade de ensino, na realidade vivida por seu público, e se há a possibilidade de pensarmos uma formação emancipatória e ampla no que diz respeito a esta modalidade.

Para isso foi feita uma análise documental e empírica capaz de trazer resultados que nos apontam a necessidade de uma formação preocupada em atender as especificidades do público que compõe a EJA com o intuito de fortalecer o que as funções desta modalidade apresentam, garantindo a efetivação de direitos dos sujeitos que estão participando deste processo – docentes, estudantes, gestores, políticas públicas.

Apresentar essas duas dissertações é essencial, para pensarmos quem era o público e como eram gestadas as políticas públicas formuladas a estes sujeitos no processo de inserção e continuidade na EJA. As duas dissertações em seus delineamentos apontam uma frágil preparação em entender as especificidades do sujeito que está nesta modalidade, situação que se apresentam também na distribuição de recursos.

Se pensarmos que o quantitativo de dissertações que versam sobre a EJA é mínimo comparado ao total apresentado (1,25% do total de dissertações defendidas no período pesquisado), nos deparamos inclusive com uma ineficiência da oferta desta modalidade por apresentar uma formação “rasa”. Calar estas discussões nesta etapa de estudo é apresentar os dados do que tem acontecido na Graduação.

Mas o que faria com que as pesquisas que mergulham nesta abordagem sejam tão minimamente pesquisadas?

Talvez este grito que agora está sendo escrito possa mobilizar os centros de formação e organização das pautas e eixos de pesquisas do PPGEduc, pois estas problematizações a respeito da EJA e dos/das Transgêneros, mesmo sendo tão recentes já vinham sendo apresentadas vários anos.

Se não há tanta propulsão em falar desta modalidade de Ensino e Aprendizagem nas pesquisas de Mestrado, tampouco há sobre homens e mulheres trans nestes espaços educacionais.

Dentre as pesquisas que versam sobre a categoria de gênero e suas definições e aprofundamentos apenas uma dissertação foi encontrada como exposto no quadro a seguir:

Quadro 3 – Gênero

Ano	Autoria	Título
2013	GONZALES, Neidimar Vieira Lopes	A formação docente e os desafios da diversidade na prática pedagógica de egressos do curso de pedagogia da UNIR, Campus - Ji-paraná/RO

Fonte: Portal de arquivos do PPGEduc/UNIR

No texto de dissertação de Neidimar Vieira Lopes Gonzales, são apresentadas alguns dados e análise que pautam e discutem se os currículos e componentes do Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia, do campus de Ji-Paraná/RO contemplam as discussões que versem sobre as questões de diversidade¹⁴, étnico-raciais, educação de jovens e adultos, educação do campo, inclusão, gênero entre outras.

Esta análise foi feita para identificar se os graduandos em formação e docentes formados, são preparados para lidar com a diversidade em sua prática profissional. Para isso ele se utilizou de teóricos básicos que versem sobre esta colocações sendo eles/as: Schön (1983), Zeichner (1992), McLaren (1997), Candau (2008), Abramowicz (2006), Arroyo (2011), Canen (1999), Silva (2012), Diniz-Pereira (2011), dentre outros.

¹⁴ Destaco que o termo está assim disposto, pois na época de uso o termo para designar toda e qualquer manifestação de multiplicidade derivava ou era apresentada de/por Diversidade. A partir dos anos que se formularam, e se pesquisaram sobre esta definição, este termo tem caído em desuso e foi ressignificado para Dissidências, pois abrange bem mais profundamente o conceito e sentido de sermos múltiplos em todos os âmbitos e espacialidades possíveis.

Como resultado desta pesquisa Gonzales (2013) apresenta a assertiva de que o curso de Pedagogia do Campus de Ji-Paraná traz duas perspectivas de formação: contribuições profissionais advindas de componentes curriculares e contribuições relacionadas ao desenvolvimento pessoal dos professores (p.9) e suas maneiras de trabalhar e lidar com a diversidade na escola se dão de forma autônoma por cada professor, se expressando por meio de ações isoladas.

Uma das análises que nos move a pensarmos acerca de como estas produções já vinham apresentando incômodos acerca da invisibilidade e silenciamento das discussões dissidentes é apresentado em uma assertiva onde Gonzales (2013) nos aponta sobre o apagamento dos currículos em relação ao que a sociedade apresentava, como podemos observar no trecho a seguir:

[..] não se admite no contexto atual acreditar que o currículo possa permanecer engessado, sendo elaborado e construído a partir de um modelo ideal de escola e de aluno de maneira a hierarquizar as diferenças (GONZALES, 2013. p. 27).

Nesta perspectiva de engessamento das discussões que tratam das dissidências de sexo-gênero, tanto na formulação dos currículos, quanto na vivência no espaço escolar é que apresento os dados acerca do que esta cartografia pretende expressar em forma de “grito”, não tomando o lugar de fala dos indivíduos realmente imersos esta investigação, mas abrindo caminhos para que eles e elas sejam encorajados a fazer estas provocações e discussões.

Das pesquisas feitas no decênio de 2010-2020, no Programa de Mestrado Profissional em Educação da UNIR, as que versam sobre Transgêneros, ou em uma conceituação mais consistente Tra(ns)vesti(gêneres)lidades (OLIVEIRA, DANDARA & DUARTE, p. 299), obtivemos como resultado o indicativo de 0 (zero) dissertações que pautem estas problemáticas tanto de pessoas transgêneros na Escola, na sociedade, na Universidade dentre outros espaços que estas problematizações podem e devem ser feitas.

Este indicativo é algo preocupante que além de nos revelar o que acontece no mestrado, também nos revela o que se tem feito na Graduação. Analisar a inexistência destas discussões neste nível de formação é concordar com o que nos aponta o Doutor em Educação Luciano Marques da Silva (2015) ao problematizar que

esse movimento de valorização de alguns em detrimento de outros, se explica segundo a perspectiva heteronormativa que impõem a estas pessoas um comportamento padrão para que facilmente se socializem. Ao contrário disso, travestis e transexuais, que rompem com o padrão heteronormativo e o binarismo compulsório, sofrem na pele as consequências de criticar, com seus próprios corpos, a estas regras sociais (p. 135).

O que se pretende trazer da afirmativa de Silva (2015) é o comportamento padrão que para além de veicular corpos, discursos, e sensibilizações, veicula também de maneira violenta simbolicamente a perspectiva de que as pessoas Transgêneros não estão e nem são dignas de estarem sendo pautas e inquietações de pesquisa.

Essa pouca valoração do que estas proposições temáticas trazem, fazem referência a como a sociedade se estrutura e se configura para perceber seus próprios integrantes. Se partirmos da ideia de que a estas pessoas que não fazem parte destes níveis de educação, é cotidianamente negado o direito de estarem na escola e adquirirem uma educação formal vamos nos desestruturar com tantas narrativas.

O processo de construção destas narrativas de exclusão vai emergir desde a família e se refletir no espaço escolar, quando observamos por exemplo na Educação de Jovens e Adultos a manifestação massiva de corpos dissidentes ao estabelecido padrão social em forma de resistência. Segundo Junqueira (2013) percebemos no espaço escolar o reforço de práticas heterossexistas, e reinterpretado neste contexto, transfóbicas.

As “brincadeiras” heterossexistas e homofóbicas [podemos aqui incluir as de caráter transfóbico] (não raro, acionadas como recurso didático) constituem poderosos mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento (de conteúdos curriculares, práticas e sujeitos), dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. (p. 484)

Observando isto no espaço escolar vemos nessa sequência estes mecanismos se manifestarem de forma agressiva também nos espaços da Universidade, assim colocado e pautado, pois o processo de invisibilização destas discussões também operam com força. Mas, como Silva (2015) já vinha transpondo e problematizando

não vamos cansar de propor o debate na forma de pesquisa, nas conversas com nossos colegas professores, na rua, na esquina, no Congresso Nacional, enfim, em todos os lugares, até que um dia não tenhamos que assistir ao extermínio, a céu aberto, de meninas e meninos travestis e transexuais neste país (SILVA, 2015, p. 136).

Uma análise que consiste em observar que em um decênio completo as pesquisas que versam sobre dissidências sexuais e de gênero, e principalmente de transgêneros, não acontecem e nem se pautam na perspectiva de educação é continuar a manutenção da lógica de que estes corpos não existem.

O lugar de desumanização, exclusão, violência e morte que são afetadas os sujeitos/as das dissidências sexuais e de gênero, e, em particular, as transvestigêneros, pela transvestifobia, produz-se um não-lugar, uma vida de não-cidadania, um cotidiano marcado por discursos de ódio e intolerância, que desde cedo acometem as subjetividades dessas pessoas quando são expulsas de suas casas, da escola e de outros territórios existenciais de pertencimento (SILVA; DUARTE, 2020, p. 321).

As pesquisas de Pós-Graduação *Strictu Sensus* são relativamente importantes para trazermos a vista o que foi tratado no primeiro e segundo tópico deste artigo. Ouvir as vivências de mulheres e homens trans (binários e não-binários) está muito além do que só pautar o raso. Ouvir já seria um passo,

efetivar o direito deles e delas estarem física e subjetivamente presentes é uma obrigação necessária da Universidade e da sociedade.

CONCLUSÃO

Poderíamos começar a finalização deste escrito com um ponto final, mas acredita-se que seja apenas um passo para o que o Programa de Pós- Graduação em Educação da UNIR deva também se preocupar. Calar-se frente as demandas que nascem dos atos grotescos que socialmente são explicitados é consentir com esta violação.

Os corpos dissidentes e transgressores da regra universal são silenciados, oprimidos, apagados, excluídos, reprimidos, expulsos, taxados, estigmatizados, e tantos outros prefixos que se apresentam até chegar a morte. Precisa-se que a Pós-graduação em educação esteja atenta as proposições que versam sobre os corpos que estão envolvidos no espaço da sua própria composição.

Não pautar estas discussões seria concordar, ainda mais, com a normativa de que estes sujeitos que frequentam a EJA, em sua grande maioria, não estão lá e só reforçaria o que já acontece a muitos anos: a expulsão destes corpos do espaço escolar. Precisamos pautar estas discussões, não é Universidade que escolhe, elas já estão chegando no movimento da gilete que rasga e recorre seu direito de existir, e de ser pautado. A educação é muito mais do que mera fase, ela é parte dos acontecimentos sociais.

Para fazer a análise destas dissertações foi preciso incorrer aos estudos que de algum modo nos impulsionam a pensarmos e problematizarmos de forma mais palatável o que a Pós-Graduação tem levantado como sendo o essencial de se dar continuidade. Os estudos e pesquisas realizadas neste período de existência do PPGEduc/UNIR são uma forma de propor o que mais desacomoda os estudantes e pesquisadores que estão inseridos nela.

Por que será que neste decênio de aprofundamentos em pesquisas somente uma delas verse sobre dissidências sexuais e de gênero, de maneira indireta, no Programa de Pós-Graduação? Como a graduação, que deve amparar e introduzir estas reflexões, tem trabalhado para despertar nos seus acadêmicos o interesse em averiguar se as pautas “desobedientes” estão sendo colocadas para serem discutidas? Seria menos emergente pensar que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo? Ou seria por que nós enquanto Universidade não estamos abrindo espaço para que estas reflexões sejam feitas nestas etapas? Somos realmente para todos, todas e todes?

Não podemos mais fazer calar nossas vozes, somos e estamos presentes, em forma de resistência, nos espaços escolares e nas ruas sentindo o fluxo das avenidas identitárias que se chocam e pesam sobre nossos corpos (AKOTIRENE, 2019) precisando assim que haja estímulos e incentivos a pesquisas nestas áreas e perspectivas.

É necessário que trilhem por caminhos de leitura de mundo abertamente e ampla. O primeiro passo é entender que estes corpos e vivências existem. Não há um roteiro ou uma “bula”, mas há a sensibilidade de percebermos estas pessoas não mais pela ótica transfóbica e redundante. Precisamos ressignificar nossa formação, nossas linhas de pesquisa, nossos currículos, nossos olhares, nossa humanidade.

Como dizia Gonzaguinha *viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar e cantar, e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz*. Somos aprendizes e são questões e levantamentos como estes que devem nos despertar não só para esta problemática, mas para tantas outras que já não dão mais conta de estarem “enterradas”.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro)

BARROS, Rogério Feitosa. **A EJA na perspectiva da educação integral: a materialização das funções previstas em lei para esta modalidade de ensino.** Porto Velho, RO, 2019.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; TEIXEIRA, Tarciso Manfrenatti de Souza; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. Bichas Pretas e negões: seus fazeres curriculares em escolas das periferias. *In Revista Teias*, v. 20, n. 59, out/dez 2019.

CAETANO, Márcio. LIMA, Carlos Henrique L. CASTRO, Amanda M. DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E SEXUALIDADES: TEMAS IMPORTANTES À EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA. *In Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 16, n. 3, p.5-16 jul/set 2019. DOI: 10.5747/ch.2019.v16.n3.h429.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas [online]**, vol.10, nº 1, p.171-188, 2002.

DIFUSÃO HERÉTICA EDIÇÕES FEMINISTAS E LESBICAS INDEPENDENTES. Textos escolhidos de Audre Lorde. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf. Acesso em 15 mar 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GONZALES, Neidimar Vieira Lopes. **A formação docente e os desafios da diversidade na prática pedagógica de egressos do curso de pedagogia da UNIR Campus – Ji_Paraná/RO.** Porto Velho, 2013 141 f.

HILÁRIO, Rosângela Aparecida. Educação, Formação de Professores e Direitos Humanos: o silenciamento das dissidências sexuais na escola e na vida. *In JUNIOR, Jonas Alves da Silva; SILVA, Maria de Lourdes Ramos da. Formação docente, Cidadania e Direitos Humanos.* Curitiba: CRV, 2020, 180 p.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos.** Brasília, 2012. 42p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário. *In Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

LIMA, Inácia Damasceno. **O curso de pedagogia da UNIR/Campus PVH e a educação de jovens e adultos: desvelando a realidade de formação dos egressos de 1998-2010 atuantes na rede pública municipal de Porto Velho/RO.** Porto Velho, Rondônia, 2011. 164 f.

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares de; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino, A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade *In SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 5., 2016, Montes Claros. EVENTOS DO IFNMG, 2016, Montes Claros. Anais. Disponível em: <https://ifnmg.edu.br/pesquisa/11482-vseminariosic-2016> Acesso em: 15 mar 2021

OLIVEIRA, Dandara Felícia Silva; DUARTE, Marco José de Oliveira. Trabalho e Tra(ns)vesti(gêneres)lidades: elementos para uma análise. *In PINHEIRO, Diógenes; REIS, Cláudia. Quando LGBTs invadem a escola e o mundo do trabalho* [livro eletrônico]. -- 1. ed. – Rio de Janeiro. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** – Curitiba, 2017. 190 f.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. É preciso ouvir as vozes afro-diaspóricas do Norte-Nordeste *In Revista Carta Capital [online]*, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/e-preciso-ouvir-as-vozes-afro-diasporicas-do-norte-nordeste/> Acesso em: 15 mar 2021

RICHTER, Indira Zuhaira; OLIVEIRA, Andréia Machado. Cartografia como metodologia: Uma experiência de pesquisa em Artes Visuais. *In Revista Paralelo[Online]*, edição 08, julho de 2017.

SILVA, Luciano Marques da. **Trajetórias de alunos e alunas transgêneros na educação de jovens e adultos do município de Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro 2015. 152 f. Dissertação.

SILVA, Tiago Dionisio da. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, Relações étnico-raciais e Ensino de Geografia: aprendizados de um olhar em busca da interseccionalidade.** Rio de Janeiro, 2018, 182 f. Dissertação.